

DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

18 a 22 de março de 2024

Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [5G no Brasil](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Governo Digital](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Consumidor](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Saúde](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Política](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

Atividades da Assespro Nacional

A **Federação Assespro** participou da 1ª reunião do Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber), presidida pelo ministro **Marcos Antonio Amaro dos Santos** (Gabinete de Segurança Institucional). Durante o encontro, foram estabelecidos 3 Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs) para (i) aprimorar a estratégia nacional de cibersegurança; (ii) propor a criação de um órgão de governança em cibersegurança nacional; e (iii) coordenar a posição brasileira em fóruns internacionais sobre o tema. A Assespro foi representada por **Rodrigo Jonas Fragola** e **André Ferreira Mazon**, respectivamente, membro titular e membro suplente do colegiado.

5G no Brasil

- **Conselho Consultivo se reuniu para tratar sobre temas relevantes do MWC e a implantação do 5G no Brasil.** Na última terça (19), a Agência Nacional de Telecomunicações

(ANATEL) realizou a 216ª Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo para discutir os principais temas do *Mobile World Congress (MWC)*, evento de conectividade que ocorreu em Barcelona (Espanha) em fevereiro. O encontro contou com a presença do superintendente executivo, **Abraão Balbino**, e do superintendente substituto de Outorga e Recursos à Prestação, **Sidney Azeredo Nince**, e foi conduzido pelo presidente do Conselho Consultivo, **Leonardo Bortoletto**. Balbino abordou o tema de Inteligência Artificial (IA) e conectividade, destacando a competição entre os desenvolvedores de IA e a necessidade de criar um ambiente cooperativo. Ele também anunciou que a Anatel lançará, no dia 9 de abril, uma Tomada de Subsídio sobre IA e conectividade, com o objetivo de obter contribuições da sociedade em relação ao tema. Com informações de: [ASCOM Anatel](#)

Segurança Cibernética

- **Governo Federal e sociedade civil fazem 1ª reunião do Comitê Nacional de Cibersegurança.** O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) realizou uma reunião para instalar o Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber), com o objetivo de propor atualizações para a Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber) e sugerir estratégias de cooperação técnica internacional para aumentar e aprimorar a resiliência cibernética em todo o país. No encontro foram discutidos detalhes como a proposta de Regimento Interno, a criação de Grupos de Trabalho Temático (GTTs) para a atualização da Estratégia Nacional de Cibersegurança (e-Ciber) e a elaboração de uma proposta de órgão de governança da atividade de cibersegurança. Com a criação dos GTTs, o comitê visa estabelecer metas, objetivos e definir datas para reuniões subsequentes a fim de fortalecer o cenário de cibersegurança no país. Com informações de: [ASCOM Planalto](#)
- **Governo brasileiro delega competência para assinar MoU com o Uruguai sobre segurança cibernética.** O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) publicou, nesta semana, a [Portaria nº 132/2024](#), que delega competência ao secretário de Segurança da Informação e Cibernética para assinar um Memorando de Entendimento (MoU) com a Agência de Governo Eletrônico e Sociedade da Informação e do Conhecimento (Agesic) do Uruguai, com o objetivo de desenvolver a cooperação em segurança cibernética.

Inteligência Artificial

- **Setor de telecom quer autorregulação para IA, diz Marcos Ferrari.** O setor de telecomunicações do Brasil está preocupado com o [PL 2338/2023](#) (*dispõe sobre o uso da inteligência artificial no Brasil*). Segundo o presidente da Telebrasil e da Conexis, **Marcos Ferrari**, durante evento realizado nesta quinta (21), o setor teme que a regulação proposta possa limitar a liberdade da IA, o que impactaria a inovação e os negócios. O conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), **Artur Coimbra**, também se mostrou cauteloso quanto à regulação da IA, defendendo a criação de diretrizes éticas para a utilização e desenvolvimento da tecnologia. O projeto já foi alvo de críticas da Coalizão pela Inovação e

Responsabilidade em Inteligência Artificial e está previsto para ser votado no Senado até abril. Uma pesquisa da Omdia mostrou ainda que 60% dos consumidores de IA entrevistados manifestaram a urgência em regulamentar a tecnologia, com preocupações relacionadas à substituição de empregos, fraudes, desinformação, privacidade de dados e impactos negativos na educação. Com informações de: [Teletime](#)

- **Designada relatora de projeto que dispõe sobre fraude publicitária com uso de IA.** A deputada **Gisela Simona** (UNIÃO-MT) foi designada relatora do [PL 6119/2023](#) (fraude publicitária com uso de inteligência artificial) no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC). A matéria aguarda a apresentação do parecer da relatora para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após a análise da CDC, o projeto seguirá para deliberação na Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e pelo Plenário da Câmara. Se aprovado, será remetido para apreciação pelo Senado Federal.
- **Designada relatora de projeto que aumenta pena por violação de direito autoral com uso de IA.** A senadora **Teresa Leitão** (PT/MA) foi designada relatora do [PL 262/2024](#) (aumento de pena para violação de direito autoral com uso de IA) no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT). A matéria aguarda a apresentação do parecer da relatora para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após análise da CCT, a matéria segue para deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Caso aprovado, o projeto será remetido à Câmara dos Deputados – *salvo a interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário do Senado Federal*.
- **Lewandowski deve comparecer à CCFDD para falar sobre a regulação da inteligência artificial.** A Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) aprovou, nesta quarta (20), requerimento apresentado pelo senador **Eduardo Gomes** (PL/TO), para que o ministro **Ricardo Lewandowski** (Justiça e Segurança Pública) seja convidado a comparecer à audiência pública para prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais no que diz respeito ao Direito Digital e à regulação de novas tecnologias, tais como a inteligência artificial. A data e horário do debate deverão ser divulgados oportunamente.
- **Designado relator de projeto que disciplina sobre a cibersegurança na prestação de serviços com uso de sistemas de informação.** O deputado **Vitor Lippi** (PSDB/SP) foi designado relator do [PL 428/2024](#) (disciplina sobre a cibersegurança na prestação de serviços com uso de sistemas de informação) na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), tendo sido, ainda, aberto o prazo para oferecimento de emendas – o qual deverá se estender até 3 de abril. Após análise da CICS, o projeto passa ainda pelo crivo das Comissões de Comunicação (CCOM); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Casa*.
- **ONU aprova primeira resolução global para Inteligência Artificial.** A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou por unanimidade a primeira resolução global sobre inteligência artificial. Proposta pelos Estados Unidos e co-assinada por 123 países, incluindo a China, a medida destaca a importância de um consenso global sobre sistemas de

IA seguros e confiáveis, enfatizando a necessidade de garantir que essa nova tecnologia beneficie todas as nações e respeite os direitos humanos. Além disso, a resolução convoca os membros da ONU e outras nações a ajudar os países em desenvolvimento a ter acesso aos benefícios da transformação digital e da IA segura, incluindo a detecção de doenças e a previsão de enchentes. Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **Indústria diz que há excessos e pede mudanças no Marco Legal de Inteligência Artificial.** A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou, nesta semana, a Agenda Legislativa da Indústria 2024 no Congresso Nacional, destacando 17 projetos de interesse do setor para este ano. Dentre eles, está o [PL 2338/2023](#) (*dispõe sobre o uso da inteligência artificial no Brasil*). A entidade pede mudanças na proposta em tramitação no Senado Federal, alegando que o texto traz um excesso de medidas preventivas e não apresenta propostas efetivas para o desenvolvimento seguro de sistemas de IA no país, bem como para a formação de desenvolvedores e trabalhadores especializados. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Transformação Digital

- **Lula sanciona Lei que insere desenvolvimento tecnológico como aspecto a ser contemplado nas políticas para a agricultura familiar.** Foi sancionada, nesta semana, o PL 5826/2019 (*crédito para modernização da agricultura familiar*), na forma da [Lei nº14.828/2024](#), que altera a Lei da Agricultura Familiar para ampliar o alcance das ações da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Com a nova lei, a modernização e o desenvolvimento sustentável, bem como a inovação e o desenvolvimento tecnológico, passam a ser considerados como aspectos a serem contemplados no planejamento e na execução das políticas voltadas para a agricultura familiar.

Educação

- **Aberto prazo de recurso para deliberação de projeto que prevê profissionais de apoio escolar em todos os níveis educacionais pelo Plenário.** A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou, nesta terça (19), o [PL 953/2022](#) (*profissionais de apoio escolar em todos os níveis educacionais*), na forma do parecer favorável do senador **Paulo Paim** (PT/RS). A matéria segue à Câmara dos Deputados, tendo sido aberto, ainda, prazo para interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário – o qual deverá se estender até 27 de março.
- **MEC cria Grupo de Trabalho voltado às Instituições de Educação Superior (IES).** O Ministério da Educação (MEC) anunciou a criação do Grupo de Trabalho (GT) responsável por desenvolver um plano de ação para a elaboração da Política Nacional de Educação Superior. O objetivo é contemplar a regulação, supervisão e avaliação das Instituições de Educação Superior (IES) e dos cursos de graduação e pós-graduação, tanto presenciais quanto à distância (EaD), que fazem parte do Sistema Federal de Ensino.

Mídias Sociais

- **Anatel propõe à Fazenda ‘estratégia multilateral’ na regulação de plataformas.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) apresentou ao Ministério da Fazenda (MF) um documento reforçando seu interesse em se tornar a reguladora dos aspectos concorrenciais do mercado digital, em uma estratégia multilateral com outros órgãos. A Tomada de Subsídios sobre o tema estava aberta desde 19 de janeiro e deveria ser encerrada na última semana, mas foi prorrogada até 5 de maio deste ano. Até o momento, a Fazenda recebeu 72 contribuições, e um dos pontos em debate é a necessidade de um regulador específico para supervisão e regulação de grandes plataformas digitais no Brasil. Neste sentido, a Anatel reforçou a importância de sua candidatura, destacando sua experiência tecnológica e sua capacidade de regulação no mundo digital.
 - » A agência também defendeu a manutenção de órgãos como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e a Agência Nacional do Cinema (Ancine), ressaltando a complementaridade de atuações em um assunto complexo. Além disso, a Anatel apresentou resistência à definição de quais plataformas deveriam ser reguladas a partir da receita, propondo que o regulador tenha a flexibilidade de atualizar os critérios de regulamentação de acordo com a complexidade de cada segmento analisado, além da harmonização regulatória e até da extraterritorialidade, considerando práticas e padrões internacionais recomendados. A agência também citou um levantamento da *Cullen International*, que identificou que a maioria dos países membros da União Europeia designaram o regulador de telecomunicações como coordenador de serviços digitais, o que, segundo a Anatel, reflete a realidade brasileira. Com informações de: [Tele.Síntese](#)
- **Entidades reclamam que Anatel influencia consulta contra neutralidade.** Diversas entidades ligadas à tecnologia assinaram uma carta aberta expressando preocupação com as declarações do presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Carlos Manuel Baigorri, sobre a neutralidade da rede. Durante o *Mobile World Congress*, em Barcelona, Baigorri se manifestou contrário à neutralidade da rede, alegando que se trata de um mecanismo de privilégio comercial para grandes corporações americanas. As entidades destacaram a preocupação principalmente pelo fato de as declarações terem sido feitas durante uma consulta pública em andamento e antes da resolução da pendência de publicação da Análise de Impacto Regulatório (AIR) sobre o tema, obrigatória por Lei. Além disso, ressaltaram que a fala do presidente da Anatel parece ir contra o posicionamento histórico da agência em favor de uma internet competitiva e aberta, já que a neutralidade de rede é um elemento-chave da arquitetura da internet. No Brasil, a neutralidade de rede foi estabelecida pela Lei do Marco Civil da Internet após um amplo debate multissetorial. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **CCDD irá debater a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais com o diretor-presidente da ANPD.** A Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) aprovou, nesta quarta (20), requerimentos para realização de audiências públicas com a finalidade de debater o [PL 2628/2022](#) (*proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais*), dentre os quais destacam-se o [REQ 11/2024](#), que solicita a realização da audiência pública e o [REQ 13/2024](#), ambos do senador **Izalci Lucas** (PSDB/DF), que inclui o convite ao diretor-presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**.

Foi aprovado também, pelo [REQ 36/2024](#), do senador **Beto Faro** (PT/PA), o convite ao diretor de Direitos na Rede e Educação Midiática da Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR), **Fábio Meirelles**. A data de instalação da comissão e de eleição da presidência deverão ser divulgados oportunamente.

- **CCTI e CCOM debaterão novo sistema projetado para combater a disseminação das Fake News nas redes sociais.** A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) aprovou ainda, nesta quarta (20), requerimento apresentado pelo deputado **Amaro Neto** (REP/ES) para realização de audiência pública conjuntamente com a Comissão de Comunicação (CCOM), com a presença do presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), **Carlos Manuel Baigorri**, para discutir o novo sistema projetado para combater a disseminação das Fake News nas redes sociais. A data e horário da audiência deverão ser divulgados oportunamente.
- **Designado relator de projeto que dispõe sobre representante legal de serviços digitais no país.** O deputado **Cezinha de Madureira** (PSD-SP) foi designado novo relator do [PL 397/2022](#) (representante legal de serviços digitais no país) no âmbito da Comissão de Comunicação (CCOM). A matéria aguarda a apresentação do parecer do relator para ser colocada em votação na Comissão. Após a análise pela CCOM, a matéria seguirá para deliberação pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico (CDE); de Indústria, Comércio e Serviços (CICS); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, seguirá para apreciação do Senado Federal. Destaca-se que durante sua passagem inconclusiva pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) o projeto chegou a receber parecer favorável, na forma de substitutivo, apresentado pelo então deputado Luis Miranda (REP/DF).
- **Ministério Público determina responsabilização sobre sites e redes para venda de Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs).** O Ministério Público da União (MPU) publicou nesta semana a [Portaria nº 947/2024](#), que determina a abertura de um Inquérito Civil Público conduzido pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor. O **objetivo** é investigar e responsabilizar na esfera cível tanto pessoas físicas quanto jurídicas que mantêm sites e contas em redes sociais dedicados à venda de Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs). Além disso, a atuação se estenderá para “derrubar” esses sites e redes sociais que atuem de forma ilegal, com o intuito de proteger a saúde dos consumidores.
- **Coalizão Direitos na Rede: resolução do TSE para eleições fere Marco Civil da Internet.** A Coalizão Direitos na Rede (CDR) expressou preocupações em relação à nova norma do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que regulamenta a propaganda eleitoral no ambiente digital para as eleições de 2024. A principal delas é quanto à responsabilidade das plataformas em relação aos conteúdos produzidos por terceiros. De acordo com a [Resolução TSE nº 23.732/2024](#), os provedores de aplicação serão considerados “solidariamente responsáveis, civil e administrativamente, quando não promoverem a indisponibilização imediata de conteúdos e contas, durante o período eleitoral”, em casos que a corte eleitoral chama de “casos de riscos”.
 - » Para a CDR, esse dispositivo interfere no atual regime de responsabilidade dos provedores estabelecido na legislação brasileira, em específico no artigo 19 do Marco Civil da Internet ([Lei nº](#)

[12.965/2014](#)). A entidade destaca que a nova norma do TSE impacta diretamente a atuação das plataformas digitais e pode gerar efeitos negativos no ambiente *online*, restringindo a liberdade de expressão e empreendendo sobre a lógica da internet aberta e colaborativa. A nota divulgada pela CDR ressalta a necessidade de revisão da resolução e a importância de um diálogo contínuo entre os órgãos reguladores e a sociedade civil para garantir a proteção dos direitos no ambiente digital. Com informações de: [Teletime](#)

- **CCDD aprova criação de subcomissão permanente sobre desigualdade e exclusão digital.** Ainda nesta quarta (20) a Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) aprovou [requerimento](#) apresentado pelo senador **Veneziano Vital do Rêgo** (MDB/PB) para que seja criada Subcomissão Permanente, com o **objetivo** de debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil, a fim de compreender as razões para a persistência desse problema social, acompanhar as medidas em andamento para combatê-lo em seus diferentes aspectos e elaborar proposições legislativas, quando pertinentes, para o enfrentamento dessas questões. A data de instalação da comissão e de eleição da presidência deverão ser divulgados oportunamente.

Governo Digital

- **Vai à CSPCCO projeto que cria sistema para monitorar atos extremistas violentos.** A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) aprovou, nesta quarta (20), o [PL 1477/2023](#) (*cria sistema para monitorar atos extremistas violentos*), na forma do [parecer favorável, com emenda](#), apresentado pelo deputado **Luiz Philippe de Orleans e Bragança** (PL/SP). A matéria segue à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e, na sequência, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e ao Plenário da Casa. Caso aprovado, o projeto será remetido ao Senado Federal.

PD&I

- **Ampliação da Lei do Bem não é consenso em debate.** A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discutiu em audiência pública nesta terça (19) o [PL 2.838/2020](#) (*amplia o alcance da Lei do Bem*), que dá incentivos para empresas e instituições que investem em pesquisa e inovação. Representantes da área de ciência e tecnologia destacaram os benefícios da medida, enquanto o Ministério da Fazenda (MF) ressaltou queda na arrecadação. O líder do governo, senador **Jaques Wagner** (PT/BA), se comprometeu a colocar empresas em contato com a área econômica para buscar uma solução consensual.
 - » Na ocasião o Ministério da Fazenda (MF) se posicionou de forma contrária à ampliação dos incentivos fiscais para empresas previstos na Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005). O subsecretário de Assuntos Econômicos e Fiscais da pasta, **João Paulo de Resende**, levantou a questão do aumento no número de empresas que utilizam a lei durante a pandemia de Covid-19, sugerindo que algumas estariam utilizando o incentivo como estratégia de elisão tributária para sobreviver ao momento econômico delicado.

- » A audiência contou ainda com a participação da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI); da SOSA Brazil; da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (ABIPTI); e do Ministério da Fazenda (MF). Na ocasião, a ANPEI e a SOSA Brazil elencaram os impactos da Lei do Bem para o desenvolvimento nacional, mencionando, entre outros, a alavancagem de R\$ 205 bilhões em investimentos de empresas privadas no setor de inovação no país e investimento de mais de R\$ 170 bilhões destinados para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.
 - » Ambas as instituições também destacaram a experiência internacional, apresentando dados da OCDE, de países como França, Coreia do Sul, Canadá e Japão, que utilizam a isenção fiscal para inovação como uma das mais relevantes estratégias de fomento à PD&I privada. Além disso, a ABIPTI reforçou a necessidade da atuação do governo no incentivo à inovação, frisando que, a cada **R\$ 1** de fomento em pesquisa tecnológica, há retorno de **R\$ 3,60**, colaborando para o aumento da arrecadação pública. Com informações de: [Agência Senado](#) , [Convergência Digital](#) e Foco – Relações Governamentais
- **IBGE: Lei do Bem é que sustenta inovação no Brasil.** A Lei do Bem ([Lei nº 11.196/2005](#)) foi apontada como o principal suporte público para a pesquisa e desenvolvimento no Brasil, de acordo com os resultados da [Pesquisa de Inovação Semestral \(PINTEC\)](#) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A legislação tem sido fundamental para sustentar a inovação no país, apesar do cenário econômico desfavorável. O gerente da pesquisa, **Flávio Peixoto**, destaca que a Lei do Bem tem se mantido ativa e seu impacto tem crescido nos últimos anos, principalmente após a crise de 2015, quando houve uma diminuição significativa de financiamentos para máquinas e equipamentos. Desde então, os incentivos para pesquisa e desenvolvimento proporcionados pela Lei do Bem se tornaram líderes nesse contexto e até mesmo foram ampliados em escala e escopo. O instrumento tem sido essencial para impulsionar as atividades de P&D nas empresas, mostrando sua relevância no estímulo à inovação no país. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Economia & Tributário

- **GTs Paralelos da Reforma Tributária debateram simplificação das obrigações acessórias e criação de Câmara de Interpretação e Uniformização.** Os Grupos de Trabalho (GTs) Paralelos da Reforma Tributária se reuniram na última quinta-feira (21) para seguir discutindo temas específicos de interesse de cada grupo. Entre os principais pontos abordados nos debates, destacam-se propostas relacionadas ao modelo operacional de administração do IBS e da CBS, e a coordenação da regulamentação e interpretação das leis do IBS e da CBS. No GT 14, as discussões focaram na simplificação das obrigações acessórias, na defesa do Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias e no elogio ao mecanismo de *split payment*. Por fim, no GT 15, o debate girou em torno da criação de uma Câmara Nacional de Interpretação e Uniformização, além de sugestões para flexibilizar a definição de destino, unificar as obrigações acessórias e estabelecer soluções para casos de conflitos de precedentes entre os entes federados.
- **Reforma Tributária: CFT instala Subcomissão Especial.** A Comissão de Finanças e Tributação instalou, nesta quarta (20), a Subcomissão Especial da Reforma Tributária. Na

ocasião, o deputado **Fernando Monteiro** (PP/PE) foi eleito presidente do colegiado. A relatoria ficou a cargo do deputado **Luiz Carlos Haully** (PODE/PR). A expectativa é que o cronograma de atividades seja definido na primeira semana de abril.

- **Regulamentação da tributária deve ser enviada em abril, diz Haddad.** O ministro **Fernando Haddad** (Fazenda) anunciou esta semana que o governo pretende encaminhar a regulamentação da reforma tributária para o Congresso em abril. Durante um evento realizado em Brasília, Haddad afirmou que a previsão é que a regulamentação seja aprovada na Câmara dos Deputados ainda neste ano. A expectativa é que a regulamentação da reforma tributária ocorra por meio de leis complementares e conta com o apoio dos presidentes do Senado Federal e da Câmara, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG) e **Arthur Lira** (PP/AL). No entanto, existe a possibilidade de a regulamentação ficar para 2025 devido às eleições municipais em outubro de 2024. Haddad destacou a importância do apoio dos empresários para a aprovação da regulamentação e ressaltou que a transição para o novo sistema tributário está prevista para começar em 2026 e se estender até 2032. Com informações de: [Congresso em Foco](#)
- **Secretário Extraordinário da Reforma Tributária deve comparecer à CFT** . Nesta quarta (20), a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) aprovou requerimento apresentado pelo deputado **Pauderney Avelino** (DEM/AM), para que seja convidado o secretário Extraordinário da Reforma Tributária, **Bernard Appy**, com o **objetivo** de esclarecer pontos relacionados à regulamentação infraconstitucional da reforma tributária. A data e horário da audiência deverão ser divulgados oportunamente.
- **Vai à CAE projeto que estabelece alíquota máxima do ICMS sobre serviços de telecomunicações.** A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal aprovou, nesta terça (19), o PRS 13/2022 (estabelece a alíquota máxima para o ICMS sobre serviços de telecomunicações), na forma do parecer pela prejudicialidade da matéria, apresentado pelo senador **Cid Gomes** (PSB/CE). A matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto ainda passa pelo Plenário e, caso aprovado, será remetido à Câmara dos Deputados.
- **Vai ao Senado projeto que uniformiza aplicação de juros para dívidas contratuais e condenações.** O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça (19), o PL 6233/2023 (uniformiza aplicação de juros para dívidas contratuais e condenações), na forma do substitutivo apresentado pelo deputado **Pedro Paulo** (PSD/RJ). A matéria segue ao Senado Federal.

Consumidor

- **Anatel estudará ampliar participação de entidades do consumidor na formulação de regulamentação.** O Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), **Vicente Aquino**, propôs estudo para maior participação dos órgãos de defesa do consumidor e Conselhos de Usuários nas tomadas de subsídios para processos regulatórios de telecomunicações. Nessa linha, o representante das entidades de defesa do consumidor no Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST) sugeriu ampla participação para a elaboração da Análise de Resultado Regulatório (ARR) do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de

Serviços de Telecomunicações (RGC), norma que entra em vigor em setembro deste ano. Além disso, foi defendido o fortalecimento da comunicação entre o CDUST e os Conselhos de Usuários das prestadoras de telecomunicações. Por fim, foram abordados projetos de conectividade para escolas e a ampliação das infovias na região da Amazônia, visando aumentar a resiliência e a competição de prestadores de serviços. A próxima reunião do CDUST está prevista para junho de 2024. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#)

- **Sem regulação, queixas sobre serviços digitais cresceram 425% em dois anos.** A demanda por serviços digitais tem aumentado significativamente, de acordo com dados do Consumidor.gov.br. No ano passado, provedores de conteúdo, hospedagem, aplicativos, *streaming* e jogos registraram um total de 83,5 mil reclamações, representando um aumento de 80% em relação a 2022 e de 425% em comparação a 2021. Pela primeira vez, os serviços digitais ocupam o top 5 dos assuntos mais demandados na plataforma, superando até mesmo queixas individuais sobre serviços de energia, combo de ofertas de telecom e empréstimo pessoal. Os principais problemas relatados pelos consumidores incluem dificuldade para alterar ou ativar serviços, dificuldade de contato e demora no atendimento, além de vazamento de dados e outros incidentes de segurança. Com informações de: [Tele.Síntese](#)

Trabalhista

- **Segue à CCJ projeto que dispõe sobre igualdade salarial.** A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou, nesta terça (19), o [PL 1372/2021](#) (*igualdade salarial*), nos termos do substitutivo apresentado pela senadora **Teresa Leitão** (PT-PE), com rejeição da Emenda nº 1 e acatamento da Emenda nº 3. O projeto segue para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e posteriormente a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. Caso aprovado, seguirá para deliberação da Câmara dos Deputados – *salvo a interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário do Senado*.
- **Regulamentação do trabalho de motoristas de aplicativo não tem consenso entre profissionais do setor.** Motoristas de aplicativo não entraram em acordo sobre projeto do governo que garante a categoria direitos trabalhistas e previdenciários, como carga horária e remuneração ([PLP 12/2024](#)). O impasse foi discutido em audiência da Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados, onde o presidente da Federação dos Motoristas por Aplicativos do Brasil defendeu a rejeição integral da proposta do Executivo. O coordenador do Grupo Direito do Trabalho no Século 21 criticou o projeto, afirmando que ele não garante autonomia aos trabalhadores e os trata como subordinados sem direitos. A representante da Federação Nacional dos Sindicatos dos Motoristas de Aplicativos defendeu o projeto, afirmando que os profissionais foram ouvidos por meio de pesquisas, apesar da oposição de muitos trabalhadores presentes à audiência. Na ocasião, o presidente da comissão, deputado **Glauber Braga** (PSOL/RJ), sugeriu a retirada da urgência constitucional para análise da proposta, afirmando que é necessário trabalhar por um projeto representativo de ganhos reais para os trabalhadores. Com informações de: [Agência Câmara](#)

Saúde

- **Secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde faz apresentação na primeira sessão do CT-SD em 2024.** A 1ª Reunião do Comitê Técnico de Prospecção Tecnológica em Saúde Digital (CT-SD) de 2024, realizada na terça (19), teve a participação especial da secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde (SEIDIGI/MS), **Ana Estela Haddad**. Durante a sessão, Ana Estela apresentou as ações da secretaria para impulsionar a transformação digital na saúde do país, destacando o lançamento do programa SUS Digital e a consolidação da Rede Nacional de Dados de Saúde (RNDS). Ela reforçou a missão da SEIDIGI de transformar digitalmente o SUS, ampliar o acesso aos serviços de saúde e garantir a continuidade do cuidado. Além disso, a secretária listou as oportunidades da saúde digital, incluindo o empoderamento do cidadão, o acesso à informação como bem público e a redução de custos. No entanto, também chamou a atenção para os desafios, como o aumento das desigualdades na saúde, incidentes relacionados à proteção de dados e os riscos do uso não supervisionado da inteligência artificial. Com informações de: [ASCOM RNP](#)
- **CSAÚDE irá debater a oferta de cartão único do SUS.** A Comissão de Saúde (CSAÚDE) aprovou, nessa quarta (20), o [REQ nº 8/2024](#), do deputado **Jorge Solla** (PT/BA), e os [REQs nº 10/2024](#) e [nº 13/2024](#) da deputada **Adriana Ventura** (NOVO/SP), para a realização de audiência pública com a finalidade de debater o [PL 5875/2013](#) (prevê a criação de cartão de identificação do usuário do SUS) e o parecer da relatora. Dentre os convidados sugeridos, destacam-se: a secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde (SEIDIGI/MS), **Ana Estela Haddad**; o presidente da Associação Brasileira de Telessaúde e Telemedicina (ABTMS), Prof. Dr. **Chao Lung Wen**; e representantes do Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN) e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). A data e horário da audiência deverão ser divulgados oportunamente.
- **Bula Digital: CSAÚDE aprova realização de audiência pública para debater Lei e consulta pública da ANVISA.** Ainda nesta quarta (20), a Comissão de Saúde (CSAÚDE) aprovou também requerimento apresentado pela deputada **Alice Portugal** (PCdoB/BA) para realização de audiência pública com a finalidade de debater as implicações da [Lei nº 14.338/2022](#) (dispõe sobre a bula digital de medicamentos) e a [consulta pública nº 1.224/2023](#) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) sobre a adoção da bula digital. Entre outros, devem ser convidados a participar o diretor-presidente da ANVISA, **Antônio Barra Torres**; e a secretária de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (MS), **Ethel Leonor Noia Maciel**. A data e horário da audiência deverão ser divulgados oportunamente.

Administração Pública

- **Ministério das Comunicações abre inscrições para representantes da sociedade civil no conselho do Fust.** O Ministério das Comunicações (MCom) convoca representantes da sociedade civil e empresas de telecomunicações para Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (CG-Fust) em [edital](#) publicado nesta quinta

(21). O Fundo, criado após a privatização do Sistema Telebrás, será destinado à conectividade de escolas públicas, propriedades rurais e regiões periféricas urbanas. Os selecionados terão mandatos com vigência até 2024 e serão responsáveis por aprovar políticas, diretrizes e prioridades de aplicação de recursos destinados a programas, projetos e ações. Todo o processo de convocação e os requisitos necessários estão disponíveis no edital publicado e as instituições interessadas têm 30 dias para apresentar a documentação exigida. Com informações de: [ASCOM MCOM](#)

- **Anatel promove *talk show* sobre cidadania, inclusão digital e direitos dos consumidores.** O Espaço Cultural da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em Brasília, realizou evento para discutir temas atuais relacionados aos serviços de telecomunicações no Brasil. O influenciador Talison Ferreira, do canal Loucos da Telecom no YouTube, entrevistou representantes da Agência, que abordaram temas como ecossistema digital, direitos dos usuários, combate às fake news, expansão dos serviços, conectividade significativa e fraudes digitais. Além disso, abordaram questões sobre direitos básicos dos consumidores, como reclamações, migração de planos, cancelamento de serviços e informações que devem estar disponíveis no espaço reservado aos clientes nos portais das operadoras. A Agência também está empenhada em incentivar a alfabetização digital, combater a desinformação e promover a segurança dos usuários no ambiente digital, além de ampliar o acesso aos serviços de telecomunicações no país. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#)
- **Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação deve comparecer à CCTI para falar sobre o plano de ações e as políticas de governo.** A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) aprovou, nesta quarta (20), [requerimento](#) apresentado pela deputada **Nely Aquino** (PODE/MG); e [requerimento](#) apresentado pelo deputado **Márcio Jerry** (PCDOB/MA), para que a ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação) seja convidada para apresentar (i) os resultados das ações da pasta em 2023; (ii) o plano de ações e as políticas de governo neste setor; (iii) a contribuição do parlamento brasileiro para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI); e (iv) as políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação em 2024. A data e horário da audiência deverão ser divulgados oportunamente.
- **Geraldo Alckmin deve participar de audiência para apresentar as diretrizes do MDIC para o ano de 2024.** A Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRE) aprovou, nesta quarta (20), [requerimento](#) apresentado pelo deputado **José Rocha** (UNIÃO/BA) para que o ministro **Geraldo Alckmin** (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) seja convidado a apresentar as diretrizes de sua pasta para o ano de 2024, o balanço das ações em 2023 a respeito das principais atividades e o desempenho deste Órgão para o desenvolvimento Regional do País. A data e horário da audiência deverão ser divulgados oportunamente.

Política

- **Reforma tributária, pauta verde e IA estão entre as prioridades do governo em 2024, diz Randolfe.** O Palácio do Planalto definiu os principais temas de sua agenda para 2024, que

incluem a regulamentação da reforma tributária, a transição energética-ecológica, a organização orçamentária e a definição de regras para o uso da inteligência artificial (IA) no país. Segundo o líder do governo no Congresso, senador **Randolfe Rodrigues** (sem partido/AP), a aprovação dessas propostas é considerada fundamental para a economia brasileira e para o funcionamento da vida em sociedade. Ele acredita que parte dessas medidas pode ser aprovada ainda no primeiro semestre, antes das eleições municipais. Com informações de: [Congresso em Foco](#)

- **Izalci deixa PSDB e vai para o PL; tucanos ficam com somente um senador.** O senador **Izalci Lucas** (DF) anunciou sua saída do PSDB para se filiar ao PL (Partido Liberal) em 26 de março, tornando-se o segundo membro da legenda no Senado. Com a mudança, o PSDB fica apenas com o senador **Plínio Valério** (AM), que também é alvo de cobiça de outros partidos. Por sua vez, o PL busca aumentar sua bancada no Senado, visando se tornar a maior do Congresso. Com 12 senadores, o partido fica atrás apenas do PSD, que possui 15. A movimentação de Izalci para o PL já era estudada desde 2023 e não causou surpresa nos dirigentes do PSDB, sendo supostamente bem aceita. Além disso, a transferência de senadores é estratégica para os partidos, já que quanto mais membros tiverem, mais poder de negociação terão em questões como a composição da Mesa Diretora e das comissões, especialmente em vista da disputa pela presidência do Senado em 2026. Com informações de: [Congresso em Foco](#)

Consultas & Compras Públicas

- **Anatel prepara tomada de subsídios sobre inteligência artificial** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) promoverá uma consulta pública sobre inteligência artificial e conectividade no próximo dia 9 de abril, conforme anunciado pelo superintendente executivo **Abraão Balbino**. O objetivo é coletar informações da sociedade para orientar as ações da agência, visando mitigar riscos e impulsionar oportunidades para o mercado de telecomunicações. Balbino ressaltou a competição entre empresas no desenvolvimento de IA – *incluindo grandes nomes como Google* –, e destacou a importância de analisar o impacto da IA no ambiente de conectividade, considerando que as operadoras e fabricantes não têm a inteligência artificial como principal foco de negócio. Com informações de: [Teletime](#)

Nomeações

- **Anatel designa representantes ao CG-FUNTTTEL.** Esta semana, foram designados Eduardo Carvalho Nepomuceno Alencar (titular) e Ricarda Carolina Rende (suplente) como representantes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com mandato de 3 anos, no Conselho Gestor do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (CG-FUNTTTEL).
- **MDIC exonera diretor do Departamento de Transformação Digital, Inovação e Novos Negócios.** Foi exonerado, nesta semana, Luiz Felipe Gondin Ramos do cargo de diretor do Departamento de Transformação Digital, Inovação e Novos Negócios da Secretaria de

Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SDIC/MDIC).

- **MJSP exonera coordenadora de Desenvolvimentos de Soluções.** Nesta semana, Solange Berto de Medeiros foi dispensada de suas funções de coordenadora de Desenvolvimento de Soluções da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação da Polícia Federal (PF), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).
- **Designada nova coordenadora de Governança de Tecnologia da Informação do MCOM.** No âmbito da Subsecretaria de Planejamento e Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva do Ministério das Comunicações (SE/MCOM), foi designada Paula Gripp De Melo Batista para a função de coordenadora de Governança de Tecnologia da Informação.
- **MEC define coordenadora de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional.** Foi publicada, nesta semana, a nomeação de Giselle Gaudard da Costa Pereira para o cargo de coordenadora de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

Agendas de Destaque

- A diretora **Miriam Wimmer** e a coordenadora-geral de Relações Internacionais e Institucionais da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), **Juliana Muller** marcaram presença no Diálogo Bilateral União Europeia-Brasil sobre Economia Digital, no Ministério das Relações Exteriores (MRE) nesta semana, para participar de *workshop* sobre regulamentação de inteligência artificial. Na oportunidade, Wimmer contextualizou a discussão sobre a regulamentação da inteligência artificial no Brasil e destacou o papel da Autoridade. Muller, por sua vez, falou sobre a regulamentação das transferências internacionais no Brasil e o andamento das negociações do acordo mútuo de reconhecimento de adequação. O evento contou ainda com participantes europeus envolvidos na elaboração e implementação das regulamentações da União Europeia (UE) sobre serviços digitais, mercados digitais e inteligência artificial. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)
 - » Além disso, o diretor-presidente da ANPD, **Waldemar Gonçalves**, juntamente com outros membros da ANPD; e representantes da Coalizão de Direitos na Rede (CDR) se reuniram para discutir a regulamentação da inteligência artificial. A CDR, formada por mais de 50 entidades, trouxe suas propostas para o PL 2338/2023, atualmente em tramitação no Senado Federal, enquanto a ANPD apresentou suas contribuições. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)
- O ministro **Juscelino Filho** (Comunicações) recebeu a embaixadora dos EUA no Brasil, **Elizabeth Frawley Bagley**, e representantes de comércio e economia da embaixada para discutir sobre conectividade, comunicação de emergência e ampliação das redes de telecomunicações. Durante a reunião, foram apresentados os projetos prioritários do Brasil, como o Escolas Conectadas e a dificuldade de levar internet para todas as regiões do país, especialmente no Norte e Nordeste. O ministro ressaltou a inclusão de um novo eixo de inclusão

digital e conectividade no PAC, enfatizando a importância de o governo atuar fortemente nesse sentido. A embaixadora destacou o sucesso do programa FirstNet nos EUA e se mostrou disposta a colaborar com o desenvolvimento de projetos relacionados à segurança cibernética.

Com informações de: [ASCOM MCOM](#)

- » Durante a 12ª edição do Diálogo Brasil-União Europeia sobre Economia Digital, o secretário de Telecomunicações do MCom, **Hermano Tercius**, ressaltou a importância do Governo Federal em garantir conectividade para toda a população. Já o coordenador Geral de Políticas Públicas para Serviços de Telecomunicações, **Daniel Cavalcanti**, apresentou a ampliação e evolução do 4G e 5G em todo território nacional, incluindo o programa Norte Conectado. O evento também contou com a participação de representantes de diversos órgãos, como a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom/PR), Casa Civil (CC/PR) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Com informações de: [ASCOM MCOM](#)

- O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) participou do 12º Diálogo Brasil-União Europeia sobre Economia Digital, onde foram discutidos temas como inclusão digital, computação quântica, inteligência artificial e semicondutores. Durante o evento, o secretário de Ciência e Tecnologia para a Transformação Digital do MCTI, **Henrique Miguel**, ressaltou a importância da cooperação entre Brasil e União Europeia para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades trazidas pela revolução digital. O Brasil vem investindo em áreas especializadas de ciência e tecnologia, como o recente ingresso na Aliança RISC-V International e a elaboração do Plano Nacional de Inteligência Artificial. Além disso, foram mencionadas iniciativas como a reativação do CEITEC e a criação de Centros de Competência da Embrapij, com investimentos de **R\$ 180 milhões.** Com informações de: [ASCOM MCTI](#)